



COMISSÃO PARLAMENTAR DE SAÚDE

ACTA NÚMERO 68/XI/ 2.ª SL

Aos 26 dias do mês de Janeiro de 2011, pelas 10:00 horas, reuniu a Comissão Parlamentar de Saúde, na sala 3 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta acta, com a seguinte Ordem do Dia:

10:00

1. *Informações;*
 2. *Discussão e votação da Acta nº. 65, de 18 de Janeiro;*
 3. *Votação das conclusões e recomendações do Parecer sobre o Relatório do Ministério da Saúde, relativo ao acesso a cuidados de saúde do Serviço Nacional de Saúde. Relatora: Deputada Teresa Fernandes (PSD);*
 4. *Discussão e votação do Relatório Final da Petição nº. 101, da iniciativa de Maria de Fátima Serranheira dos Santo Luzia, Presidente da Junta de Freguesia de Grândola e outros, que pretendem a reabertura do Serviço de Atendimento Permanente /SAP 24 horas de Grândola e do Posto Médico do Canal-Caveira. Relatora: Deputada Conceição Casa Nova (PS);*
 5. *Discussão e votação das propostas de alteração ao Decreto-Lei nº. 48-A/2010, de 13 de Maio - Apreciação Parlamentar nº. 39/XI/2ª.(PCP);*
 6. *Distribuição, para elaboração de Parecer, do Projecto de Lei nº. 493/XI/2ª.(BE) - que extingue o pagamento de Taxas Moderadoras no Acesso as Prestações de Saúde no Serviço Nacional de Saúde (SNS);*
 7. *Outros assuntos.*
- 11:00 *Audiência da Associação Portuguesa dos Médicos de Clínica Geral (APMCG), sobre Recursos Humanos na Saúde.*

O Presidente iniciou os trabalhos informando que o sumário da audiência da Tabaqueira, que se realizou no passado dia 12 em conjunto com a CAE e em que estiveram presentes dois Deputados da Comissão de Saúde, irá ser enviado a todos. Também recordou o Colóquio com a ANEBE, que a Subcomissão de Segurança Rodoviária vai promover no dia 28 de Fevereiro, sobre os jovens e o álcool, para o qual foi solicitada a participação dos Deputados da Comissão de Saúde. O serviço de apoio à Comissão irá começar a preparar as visitas da Comissão agendadas para os dias 1 e 29 de Março e os coordenadores dos Grupos de Trabalho temáticos deverão enviar ao serviço de apoio uma Nota com o ponto de situação de cada um deles, para análise na próxima reunião. Referiu ainda que o Ministério da Saúde enviou à Comissão o “Relatório sobre medidas de poupança nos hospitais” e “estudos do

Ministério sobre os preços dos medicamentos”, que está disponível para consulta na Comissão. Vai ser solicitado todavia que o Ministério o envie em suporte informático. Foi ainda informada a Comissão da solicitação do Dr. Lopes Cardoso, cuja audição sobre direito à informação, consentimento informado e testamento vital está agendada para dia 9 de Fevereiro, de que lhe sejam enviados os bilhetes de transporte, antecipadamente, e disponibilizado meio de transporte de condução para e da Assembleia da República. Foi deliberado pedir autorização ao PAR para este efeito.

A Acta nº 65, referente ao dia 18 de Janeiro, foi discutida e aprovada por unanimidade.

O Presidente deu a palavra à Deputada Teresa Fernandes, a propósito das conclusões e recomendações constantes do Parecer sobre o Relatório do Ministério da Saúde sobre a *“situação do acesso dos portugueses aos cuidados de saúde nos estabelecimentos do SNS e de avaliação da aplicação da Lei nº 41/2007, de 24 de Agosto”*, que foi enviado à Comissão pelo Ministério da Saúde, ao abrigo do disposto no artigo 7º da Lei nº 41/2007. A Deputada Teresa Fernandes, apresentou as conclusões e recomendações do Parecer, referindo que foram incluídas as propostas do BE. A Deputada Maria Antónia Almeida Santos disse não se identificar, por vezes, com a linguagem utilizada ao longo do Parecer, embora concorde com as recomendações, que apelam a que o próximo Relatório integre mais alguns dados, que este, por ser o primeiro, não contém.

O Presidente colocou as recomendações e conclusões à votação, as quais foram aprovadas por unanimidade, seguindo-se a remessa do Parecer ao PAR, com a solicitação de que seja publicado no DAR e divulgado na ARNET. Como proposto no Parecer, será também enviado, para divulgação, à Entidade Reguladora da Saúde, à Inspecção Geral das Actividades em Saúde e às Administrações Regionais de Saúde.

Passou-se ao Relatório final da Petição nº 101/XI/2ª, que solicita *“a reabertura do Serviço de atendimento Permanente /SAP 24 horas de Grândola e do Posto Médico do Canal Caveira”*, que foi apresentado pela Deputada Relatora Conceição Casa Nova. A Deputada referiu o conteúdo e objecto da Petição, a audição que realizou com os peticionários, as informações prestadas pelo Ministério da Saúde e pelo Presidente da Câmara de Grândola, concluindo com o Parecer de que o Relatório seja enviado ao PAR, remetido aos peticionários e publicado no DAR e a Petição discutida em Plenário, porque está subscrita por 4 278 cidadãos.

Os Deputados Clara Carneiro, Paula Santos, Serpa Oliva e João Semedo usaram da palavra para se solidarizarem com os peticionários e com as situações de dificuldade de acesso aos serviços de saúde por parte das populações mais isoladas, considerando ser necessário assegurar alternativas antes de encerrar os serviços, devendo a rede do SNS ser adaptada de acordo com as assimetrias regionais.

A Deputada Relatora disse ser sensível aos argumentos utilizados, mas entende que, embora possa haver algumas carências, os serviços de saúde estão a ser prestados com qualidade, que é uma exigência que decorre da reforma dos cuidados de saúde primários, que está em curso.

Concluída a discussão, o Relatório Final da Petição nº 101/XI/2ª foi votado e aprovado por unanimidade.

O Deputado Bernardino Soares apresentou seguidamente as propostas de alteração, do PCP, ao Decreto-lei nº 48-A/2010, de 13 de Maio, contidas na Apreciação Parlamentar nº 39/XI/2ª. Explicou o conteúdo e alcance das alterações aos artigos 5º, 19º, 23º e 25º, do Anexo I a este diploma, que visam repor os valores da comparticipação do Estado nos medicamentos que vigoravam antes do último corte. Esta reposição não irá resolver completamente o problema, mas permitiria alguma recuperação face à situação actual.

A Deputada Clara Carneiro manifestou a opinião de que o Governo tem criado instabilidade neste sector, legislando muito e mal. O PSD é a favor de contenção nos gastos mas entende que não vale tudo, questionando a forma como o preço de referência é agora calculado.

A Deputada Maria Antónia Almeida Santos disse que algumas das medidas para redução de comparticipação de medicamentos fizeram parte do PEC, que foi aprovado pelo PSD e chamou a atenção para o facto de muitos especialistas aconselharem a que os medicamentos não sejam gratuitos, comparticipados a 100%. Não acompanha estas propostas do PCP.

O Deputado Serpa Oliva referiu que existe efectivamente abuso no uso de medicamentos em Portugal e que o utente deve pagar alguma coisa para ter a noção do custo do medicamento. O CDS é sensível a esta matéria, mas não acompanha totalmente esta apreciação parlamentar.

O Deputado João Semedo entende que a actividade das farmácias é das actividades profissionais mais financiadas pelo Estado e pensa que são inteiramente justas e boas as propostas de alteração do PCP, pelo que votará a favor, porque garantem o acesso dos que nada têm, aos medicamentos, repondo alguma justiça.

O Deputado Ricardo Gonçalves referiu que é necessário cortar nas despesas com medicamentos e que estas propostas, quando são apresentadas, devem ser contabilizadas. Entende que o Governo ao comparticipar a 100% está a financiar as farmácias, sendo preferível que os medicamentos sejam fornecidos nas farmácias hospitalares.

O Presidente colocou as alterações propostas à votação, artigo a artigo, tendo todas sido rejeitadas por maioria, com os votos contra do PS, a abstenção do PSD e CDS-PP e os votos a favor do BE e PCP.

O Projecto de Lei nº 493/XI/2ª (BE), que “*extingue o pagamento de taxas moderadoras no acesso às prestações de saúde no Serviço Nacional de Saúde (SNS)*”, foi distribuído, com vista à elaboração de Parecer, à Deputada Luísa Salgueiro.

Audiência da Associação Portuguesa dos Médicos de Clínica Geral (APMCG), sobre recursos humanos na saúde

(audiência integralmente gravada)

O Presidente deu a palavra ao Presidente da Associação Portuguesa dos Médicos de Clínica Geral (APMCG), Dr. João Sequeira Carlos, que veio acompanhado pelo Dr. Rui Nogueira, e que fez uma apresentação inicial sobre a política de recursos humanos nos cuidados de saúde

primários, manifestando as preocupações da APMCG pelas consequências que algumas medidas nesta área podem provocar. Focou os seguintes tópicos: recursos humanos, reforma dos cuidados de saúde primários, necessidade de atribuir um médico de família a todos os cidadãos, sustentabilidade do sistema, governação clínica, gestão integrada da doença, capacitação do paciente, sistemas de informação e investigação.

Os Deputados Clara Carneiro, Defensor Moura, Isabel Galriça Neto, João Semedo e Paula Santos comentaram e suscitaram questões, que foram respondidas pelo Presidente da APMCG e pelo Dr. Rui Nogueira.

Numa 2ª ronda formularam perguntas os Deputados Clara Carneiro, Maria Antónia Almeida Santos, Teresa Caeiro e Isabel Galriça, as quais foram respondidas pelo Presidente da Direcção da APMCG.

A reunião foi encerrada às 13:40 horas, dela se lavrando a presente acta, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 26 Janeiro 2011.

O PRESIDENTE

(COUTO DOS SANTOS)

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Antonieta Guerreiro
Bernardino Soares
Carla Barros
Clara Carneiro
Conceição Casa Nova
Couto dos Santos
Defensor Moura
Isabel Galriça Neto
João Semedo
José Rui Cruz
Luís Vales
Luísa Salgueiro
Maria Antónia de Almeida Santos
Maria José Nogueira Pinto
Maria Luísa Santos
Ricardo Gonçalves
Rui Prudêncio
Teresa Caeiro
Teresa Fernandes
João Serpa Oliva
Maria das Mercês Borges
Paula Santos

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Fernando Jesus
Rosário Águas